



**A EXPORTAÇÃO COMO CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL:
O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS**

**EXPORT AS A PATH TO LOCAL DEVELOPMENT:
THE CASE OF THE METROPOLITAN REGION OF CAMPINAS**

**Paulo Ricardo da Silva Oliveira¹
Marcos Ferasso²**

Resumo

Esta pesquisa investiga como se caracterizam as exportações da RMC e qual sua representatividade para o desenvolvimento local desta região. Considerou-se a teoria da base exportadora e a abordagem do desenvolvimento local por meio da redução das desigualdades e distribuição equitativa de renda e empreendedorismo. Os dados endossaram a teoria de Perroux acerca da concentração de investimentos, uma vez que a RMC teve como sustentação econômica inicial atividades oriundas do setor primário. Estas atividades foram importantes para determinar a importância de Campinas como capital regional do estado. A infraestrutura logística disponível na RMC e a proximidade com a capital São Paulo (grande centro de ciência e tecnologia, mão de obra qualificada e investimentos diversos) propiciaram a instalação de grandes indústrias que promoveram o dinamismo e crescimento desta região. A partir dos produtos exportados, foi possível perceber que estes são produzidos por grandes indústrias e a participação de PMEs nestas exportações demonstrou ser ínfimo senão inexistente. Mesmo havendo exportações, a maioria dos municípios da RMC ainda está voltada ao mercado interno e não se identificou PMEs como participantes dos volumes totais exportados. Contata-se uma concentração de riqueza em grandes indústrias, o que contraria os postulados teóricos da abordagem do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Comércio exterior. Região Metropolitana de Campinas.

Abstract

This research investigates the how exportations of RMC are characterized and what is its representativeness for the local development of this region. The theory of exportation base and the approach of local development were considered by reducing inequalities and equitable distribution of income and entrepreneurship. The data endorsed Perroux's theory about the concentration of investments, since the RMC had as initial economic support activities from the primary sector. These activities were important in determining the importance of Campinas as the state's regional capital. The logistics infrastructure available in RMC and the proximity to the capital São Paulo (a major center of science and technology, skilled labor and various investments) led to the establishment of large industries that promoted the dynamism and growth of this region. From the exported products, it was possible to perceive that these are produced by large industries and the participation of SMEs in these exports proved to be negligible if not nonexistent. Even though there are exportations, most municipalities of the RMC are still focused on the domestic market and SMEs have not been identified as participants in total exported volumes. There is a concentration of wealth in large industries, which is contrary to the theoretical postulates of the local development approach.

Keywords: Local development. Foreign trade. Campinas Metropolitan Region.

¹ Professor, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Brasil). E-mail: oliveira.prs@gmail.com

² Professor e pesquisador visitante, *KEDGE Business School*, câmpus Marselha (França). E-mail: admnmarcosferasso@gmail.com

1. Introdução

Promover o desenvolvimento local está no cerne de muitas políticas públicas (ZAPATA et al., 2000; BENITEZ, 2000), uma vez que é ao nível local, nas cidades, onde os recursos e as dinâmicas econômicas acontecem (BARQUERO, 1999; ZAPATA et al., 2005; BITHAS & CHRISTOFAKIS, 2006). O desenvolvimento local, por sua característica endógena, visa a melhoria da qualidade de vida das pessoas (CABREIRA, 2002; MARTINELLI & JOYAL, 2004; TURNES, 2004).

Ao nível local, o empreendedorismo é um dos principais atores impulsionadores da atividade econômica. É graças aos empreendedores que muitas localidades se desenvolveram em razão do lastro de alcance destes negócios que, em primeira instância, operam ao nível local, mas que também podem chegar aos mercados internacionais (DORNELLAS, 2001). Um exemplo disto foi o caso italiano de desenvolvimento, cujas empresas são eminentemente familiares (MACIEL, 1996).

Adentrar em mercados internacionais requer ainda o desenvolvimento de competências destas pequenas e médias empresas – PMEs, tal como geração de inovações tecnológicas de maior demanda ou de maior complexidade (BORTOLUZZI et al., 2003), para que estas empresas sobrevivam e prosperem no contexto global (MARTINELLI & JOYAL, 2004).

A Teoria de Base Exportadora traz o fator exógeno, ou seja, fora da região, fator este que promove o bem-estar econômico de uma localidade pela produção de excedentes, ou seja, maiores lucros, os quais fortalecem as PMEs que os originaram e, por vezes, podem dar origem a outros negócios e fomentar uma diversificação econômica ao nível local, até como forma de diversificar as possibilidades de prosperidade econômica (NORTH, 1977; SOUZA, 2002). De outro lado, poucas PMEs brasileiras exportam, se comparadas com outros países desenvolvidos como o Canadá, em parte porque as PMEs competem de maneira desigual com grandes conglomerados e multinacionais (MARTINELLI & JOYAL, 2004; JOYAL, 2006; SOUZA et al., 2003). Embora a Teoria da Base Exportadora se refira aos mercados local x global (TIEBOUT, 1977), exportar para outras regiões geográfica/politicamente delimitadas (NORTH, 1977) pode se transformar em uma possibilidade de análise econômica da determinação da renda regional.

Em países de grande dispersão geográfica, tal como o Brasil, as regiões circunvizinhas de uma determinada localidade podem representar um novo e potencial mercado (SMITH,

1983 apud PAIVA, 2004). Portanto, uma determinada localidade pode usufruir dos benefícios da competitividade oriunda da exploração dos benefícios do território como vantagens competitivas no cenário internacional (PORTER, 1989).

Para a implementação destes postulados teóricos, escolheu-se uma região brasileira com expressiva participação no cenário nacional e internacional (Região Metropolitana de Campinas - RMC), localizada no Estado de São Paulo/Brasil e em um período específico das exportações desta região que permitisse a comparação dos dados. Esta região foi escolhida pela migração nacional devido ao elevado número de grandes empresas localizadas na região e a presença de grandes universidades. Porém, esta atração e aglomeração agravam alguns dos problemas comuns em grandes centros como empregos precários, desemprego estrutural, moradias precárias, violência entre outros.

Popularmente, a região é conhecida pela concentração de indústrias de base tecnológica, porém, oferece também oportunidades de negócios em setores como serviços especializados, atividades de suporte à indústria, áreas sociais e hotelaria e alimentação. Apesar de a indústria ser o carro chefe da economia desta região, a agroindústria merece destaque com seu perfil diversificado com produtos como flores e frutas que integram o portfólio de exportação do estado. A região apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 58 bilhões em 2005, segundo dados do IBGE (2007[a]).

Grande parte do contingente de empregados está localizada nos setores de comércio e serviços (tais como educação, serviços médicos e comunicação). Material de transporte, química/farmacêutica são, respectivamente, as atividades que mais se destacam em termos de emprego na indústria. A região possui o melhor índice de desenvolvimento humano (IDH) das regiões metropolitanas do interior do estado de São Paulo, e o quarto melhor dentre as regiões metropolitanas do Brasil.

A teoria da base exportadora de Douglas North tem sido fundamental para explicar o dinamismo das regiões nas suas primeiras fases de desenvolvimento. Assim parte-se da premissa de que o desenvolvimento de uma região passa também pela exportação dos produtos locais, seja esta para outras regiões ou outros países, pois aumentam o faturamento das empresas exportadoras (SPEROTTO, 2003).

De outro lado, a perspectiva da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em relação ao seu conceito de desenvolvimento local, assim como da Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL (2006), o desenvolvimento acontece quando se diminuem as desigualdades, principalmente pela distribuição equitativa da renda e inclusão no mundo do trabalho.

A renda *per capita* da RMC é significativa se comparada a do estado de São Paulo e também a do Brasil (RMC = US\$ 6.777,00; estado de São Paulo = US\$ 4.692,00 e Brasil = US\$ 3.326,00; Emplasa, 2007). Portanto, nesta pesquisa decidiu-se por delimitar a RMC pela importância econômica desta região, frente aos dados apresentados.

Neste caso, empresas exportadoras podem concentrar ainda mais o capital de uma região, promovendo um distanciamento ainda maior entre os limites de desigualdades em uma região.

É nesta dicotomia entre o crescimento econômico (mediante a concentração de capital em grandes indústrias) e o desenvolvimento local (mediante a criação e expansão de pequenos e micro empreendimentos) que se pretende verificar as exportações da RMC e como se configura a participação das pequenas e micro empresas (PMEs) neste cenário exportador, como forma de equilibrar o desenvolvimento local e o crescimento econômico de uma dada região.

Este equilíbrio torna-se importante na medida em que não se tenha uma concentração de renda localizada em poucas e grandes indústrias que detêm o crescimento econômico de uma região, assim como para que se tenha uma participação dos pequenos empreendimentos nas exportações e melhor distribuição de renda e geração de emprego e renda.

Partindo-se deste enunciado e considerando a cultura exportadora nacionalmente conhecida do estado de São Paulo, busca-se investigar como se caracterizam as exportações da RMC e qual é sua representatividade para o desenvolvimento local desta região por meio da participação de suas PMEs.

2. Método de Pesquisa

O presente estudo se caracteriza como um estudo de caso, conforme a classificação de Yin (2001), uma vez que a delimitação desta investigação é a Região Metropolitana de Campinas. O nível de análise utilizado foi do tipo exploratório, apoiadas por investigação de dados secundários (análise documental).

O caso deve ser uma referência significativa para merecer a investigação e apto para fazer generalizações similares, ou autorizar inferências em relação ao contexto da situação analisada (CHIZZOTTI, 1998).

Para explorar o tema, utilizou-se de pesquisas bibliográficas e documentação temática. Na primeira fase, pesquisou-se a literatura pertinente para fundamentação teórica (GODOY, 1995[a], GODOY, 1995[b], GODOY, 1995[c]).

Na segunda fase, para realizar o estudo de caso (YIN, 2001), utilizou-se da análise

documental, ou seja, relatórios da SECEX (2007), Secretaria de Economia e Planejamento - SEADE (2006) e IBGE (2007[a]; 2007[b]) apoiados por documentos complementares (SEBRAE, 2005; SEBRAE, 2006; SEBRAE, 1998). Para Severino (2002), a documentação temática coleta elementos relevantes para a realização de um trabalho em particular, em uma determinada área, técnica esta utilizada em função da estrutura do conteúdo da área estudada ou do trabalho em realização.

Conforme Yin (2001), as informações documentais são relevantes a todos os tópicos do estudo de caso. Este tipo de informação pode ser encontrada em correspondências, relatórios, documentos administrativos, estudos ou avaliações feitas do mesmo local de estudo, artigos e jornais.

Os dados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo (MINAYO et al., 1994) e foram reduzidos (onde foram separados, categorizados, priorizados e inter-relacionados) conforme Collis e Hussey (2005) e categorizados semanticamente (BARDIN, 1977; EVRARD et al., 1997). As informações pertinentes foram categorizadas para facilitar comparações e análises. As funções da análise de conteúdo são encontrar respostas para as questões formuladas (MINAYO et al., 1994; PATTON, 2001).

Como limitações, o estudo possui aplicações à região foco do estudo, investigada de janeiro a outubro de 2007, período este escolhido pela acessibilidade dos dados para as comparações efetuadas. Os resultados identificados não necessariamente se aplicam a outros casos, em outros momentos.

3. Caracterização da região foco do estudo

3.1. São Paulo: caracterização da formação econômica

Analisando-se o período de 1835 a 1850, pode-se constatar a considerável autonomia orçamentária de São Paulo, conquistada por meio da cobrança de impostos que favoreciam a província como os direitos de saída e as taxas sobre circulação de animais. Vale lembrar que o estado em questão era, e ainda é, passagem obrigatória para o acesso dos estados do sul para o estado de Minas Gerais (COSTA, 1984). A economia cafeeira começa e se destaca a partir de 1840. Enquanto o café se desenvolvia no Vale do Paraíba, outras regiões viviam do comércio e do plantio da cana-de-açúcar. A década de 1840 foi decisiva para a economia paulista, pois marca a substituição progressiva da lavoura canavieira pela cafeeira, confirmada a partir do exercício de 1850-51 (PIVARO, 1985). O domínio do café se torna evidente quando este se torna o principal produto agrícola de exportação, deixando o açúcar na segunda posição, seguido do fumo. Posteriormente a crise econômica mundial de 1875 e com a superprodução

do café no período de 1980 a 1986, e a concorrência de outros países tornavam evidente a vulnerabilidade da economia cafeeira. Contudo deve-se ainda considerar que São Paulo e Minas Gerais comandavam a política nacional com a conhecida Política do Café-com-Leite na República Velha.

Em suma, as condições para os primeiros avanços substanciais da indústria no Brasil e em São Paulo estiveram associadas à expansão cafeeira (Semeghini, 1991). O mesmo autor afirma também que a fonte de capital para o primeiro surto industrial foi a burguesia rural. Nesse período houve, especificamente no setor têxtil, uma concentração de empresas na capital paulista, assim como houve a consolidação do setor. Essas condições oferecem possibilidade de expansão com a instalação de unidades produtivas em outras regiões brasileiras, principalmente aquelas que dispunham de boas condições de transporte, ou seja, as ferrovias (Ricci, 2006).

A partir de fins do século XIX, encontra-se em São Paulo um crescente número de fábricas de bens de consumo corrente, como tecidos, vestuário, alimentos e bebidas. Em 1901 já havia registros de grandes fábricas que produziam alguns desses produtos. No segmento têxtil sobressaíam, na capital, a fábrica de fiação e tecelagem de Álvares Penteadó, esta para sacaria de juta para o café (com 950 operários), a Industrial de São Paulo (com 370 operários) e a Anhaia (com 620 operários), além de várias indústrias localizadas no interior dedicadas a fabricação de fios e tecidos de algodão; na produção de cerveja, a Antártica (com 300 operários) e a Bavária (com 200 operários); no ramo do vestuário, fábricas de calçados e chapéus, sendo seis delas com mais de 100 empregados. Em levantamento realizado em 1907, estimava-se a existência de 334 estabelecimentos industriais com cinco ou mais operários, os quais empregavam 24.600 trabalhadores (CANO, 1977). Essa indústria apresentava uma falha setorial: a produção se concentrava em bens de consumo enquanto as máquinas e insumos de produção eram importados ficando assim sujeitos às oscilações do mercado internacional e oscilações cambiais.

Os eventos da década de 1930 fizeram a indústria menos dependente das flutuações do mercado externo. A crise de 1929 e a Grande Depressão dos anos trinta levaram ao estrangulamento externo da economia brasileira: o volume de divisas gerado pelas exportações era insuficiente para cobrir as importações essenciais e os compromissos financeiros do país, causando profunda desvalorização da moeda nacional – o mil réis – diante das moedas estrangeiras (SAES et. al., 2006). Esse fator incentivou a produção de insumos uma vez que a moeda desvalorizada inviabilizava a importação destes, num processo de substituição das importações que se deu através de ondas, aprimorando o aprofundamento da

indústria que passava da produção de bens de consumo corrente para bens de consumo duráveis, bens intermediários e bens de capital. No período 1930-1960, o acelerado ritmo de expansão da indústria situou a economia brasileira entre as que mais cresceram no mundo. Esse crescimento ocorreu com maior intensidade no estado de São Paulo (principalmente na capital paulista e na região chamada Grande São Paulo) que ampliou sua participação no valor da produção industrial nacional (SAES et. al., 2006).

Mesmo que em 1960 a cidade de São Paulo era ainda uma cidade tipicamente industrial, outros setores industriais, como o automobilístico, já davam sinais de ascensão. Era crescente também a mudança espacial do desenvolvimento, uma vez que se esgotavam os recursos da capital paulista, a atenção se voltou novamente para o interior. Primeiramente a expansão, como no ciclo do café, se deu pelas regiões circunjacentes a capital. A partir de 1933, deu-se o início de um período de expansão da indústria paulista, após a crise de 1929. Essa expansão se estendeu pelos anos seguintes e pode ser considerado o fator que consolidou São Paulo como líder industrial brasileiro (OLIVEIRA, 2007).

Nos anos 50, com o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, a industrialização crescente se concentra novamente na região da Grande São Paulo e inibe a industrialização do interior. Essa concentração desfavoreceu regiões do interior, uma vez que existiam cidades que se caracterizavam por um único setor ou mesmo uma única empresa.

Estima-se que, no início da década de 60, cerca da metade do capital privado industrial de São Paulo, excluídas as pequenas oficinas, pertenciam ou se encontrava sob o controle de estrangeiros. As cifras eram ainda maiores em linhas específicas de produtos como automóveis, pneumáticos, fármacos, artigos eletrônicos, cigarros, dentre outros. Estavam lançadas, assim, as bases de uma nova etapa de crescimento industrial, fortemente dependente da tecnologia e do fluxo maciço de recursos externos, marcas da industrialização dos anos posteriores àqueles aqui examinados (SAES et. al., 2006).

São Paulo é o estado mais populoso do Brasil, com quase quarenta milhões de habitantes e a terceira unidade administrativa mais populosa da América do Sul. A participação do PIB corrente do Estado de São Paulo no Brasil, que nos últimos anos vinha apresentando pequenas, mas sistemáticas reduções, reverteu essa tendência ao ampliar seu peso de 33,1%, em 2004, para 33,9% em 2005 (SEADE, 2006). Conhecido como motor econômico do país, São Paulo é o estado mais rico e está entre os de IDHs mais altos, ficando atrás apenas de Santa Catarina e o Distrito Federal. O estado lidera vários setores da economia brasileira, com destaque para o setor financeiro, automobilístico, aviação, produção sucroalcooleira e de suco de laranja.

Conforme dados do SEBRAE (2004), a origem das exportações das PMEs, segundo unidade da Federação onde são produzidas as mercadorias exportadas, a concentração das vendas externas industriais estão em cinco estados: São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, que correspondem por 76% das exportações das PMEs e por 80% no caso das microempresas.

Os achados apresentados acima estão em consonância com o que pontuou Piccinini et al (2005), onde mesmo que as empresas brasileiras possuíssem pouca participação no mercado internacional, estas estão buscando estratégias de internacionalização e inserção nestes mercados.

3.1.1. Exportações no contexto histórico paulista

Segundo as Importações e Exportações Agrícolas (IEA) de São Paulo, nesse estado que possui a principal base industrial brasileira, o agronegócio se mostra estratégico para o comércio internacional. A Balança Comercial Paulista apresentou déficit de US\$ 4,15 bilhões em 2001. A justificativa seria que São Paulo é o receptor de insumos fundamentais para o abastecimento nacional como componentes industriais de setores como o automobilístico, de informática, aeronáutico e de bens de capital em geral. Ainda segundo o IEA, analisando se apenas o agronegócio, São Paulo apresenta um superávit comercial de US\$ 2,65 bilhões em 2001, com um crescimento de US\$ 1,03 bilhão em relação a 2000, contribuindo assim com a redução de 62,8% da redução de US\$ 1,64 bilhão no déficit comercial paulista. Pode-se ressaltar aqui a importância e o longo período que São Paulo teve como base exportadora o café (SECEX, 2007).

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (SECEX, 2007), o saldo da Balança Comercial analisado de 1996 a 2001 apresentou déficits consecutivos. A partir de 2001 os saldos anuais foram positivos. Analisando especificamente o ano de 2007 de janeiro a outubro, o mês de janeiro e o mês de outubro apresentaram déficits, enquanto os demais meses apresentaram superávits. Isto se explica pelo fato de que para desenvolver novos patamares de inovação, a importação de novas tecnologias e inovações (tais como máquinas e equipamentos, matérias primas inovadoras, dentre outros) se faz necessária para a produção de valor agregado o que se observou a partir dos superávits seguintes.

3.2. Região Metropolitana de Campinas: caracterização da formação econômica

No século XIX a economia regional era baseada no plantio de cana-de-açúcar, passando por diversas transformações em sua estrutura produtiva. O café chega à região em meados do mesmo século e assume rapidamente a liderança na produção estadual.

A crise cafeeira dos anos 30 e as mudanças políticas no país marcaram o início de grandes transformações. Entre as décadas de 30 e 60, a economia urbana – notadamente a industrial – adquiriu predominância na estrutura produtiva da região. Além de Campinas, alguns outros municípios da região já se destacavam na produção industrial, a exemplo de Americana e Indaiatuba, importantes centros têxteis (SEADE, 2006).

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi formalmente instituída pela Lei Complementar Estadual nº 870, de 19/06/2000, e engloba 19 municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antonio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo (SEADE, 2006).

As figuras a seguir ilustram a RMC para melhor entendimento de sua localização geográfica no estado de São Paulo.



Figura 01 – Localização da RMC no estado de São Paulo

Fonte: Região (2007).



Figura 02 – Região metropolitana de Campinas

Fonte: - Mapa (2007).

A RMC ocupa uma área de 3.348 Km², o que equivale a 1,3% do território paulista. A RMC conta com uma excelente malha rodoviária, e com aeroporto internacional de Viracopos, considerado o maior em transporte de carga e o segundo maior em volume do país onde se localizam grandes empresas de carga expressa. Segundo a SEADE (2006), as cidades que formam a RMC tiveram origem no período cafeeiro, quando Campinas se fortaleceu como capital regional de importante parcela do interior do estado. A partir de 1970, Campinas lidera a industrialização do interior paulista. Graças à política de incentivos e investimentos na RMC, essa foi a mais dinâmica das regiões do interior paulista, com uma rápida metropolização. A RMC apresentou em 2003 um PIB equivalente a 9,1% do PIB Estadual.

Ainda segundo a SEADE (2006), os fatores que fazem da RMC uma região de estrutura produtiva moderna, com alto grau de complexidade e grande riqueza concentrada em seu território foram: a infraestrutura de transportes, a proximidade com a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), o sofisticado sistema de Ciência e Tecnologia e a mão-de-obra altamente qualificada, para citar os principais. Estas vantagens facilitaram a instalação de novas

empresas e a formação de arranjos produtivos nas áreas petroquímicas, têxtil, cerâmica e flores, entre outros. O setor agropecuário foi altamente favorecido pela localização geográfica e pelo sistema viário, pois permitem a ligação entre regiões produtoras de matéria-prima, os grandes mercados consumidores e terminais de exportação.

Nos anos 70 e 80, a localização de indústrias, comércio e serviços ao longo dos eixos rodoviários, fora dos centros urbanos em espaços intermunicipais, permitiu interligar mais estreitamente a economia das várias cidades, impulsionando a unificação do mercado de trabalho local e estimulando fortemente os fluxos de pessoas e produtos, configurando simultaneamente a modernização da descentralização para Campinas e iniciando o processo de metropolização (SEMEGHINI, 1991).

Segundo a fundação SEADE (2006), em 2003, o setor industrial foi responsável por 57,06% do PIB da região, seguidos pelo setor de serviços e o agropecuário, respectivamente com 40,6% e 2,4%.

Juntos, os municípios de Campinas e Paulínia respondem por mais de 50% do PIB regional, reproduzindo regionalmente a concentração econômica já identificada no estado. Destaca-se ainda, regionalmente, um grupo de nove municípios que, juntos, respondem por 42,4% do PIB gerado na RMC: Americana (6,9%), Jaguariúna (6,4%), Sumaré (6,4%), Indaiatuba (5,7%), Hortolândia (4,0%), Santa Bárbara d'Oeste (3,8%), Valinhos (3,6%), Vinhedo (2,9%) e Itatiba (2,8%). Os oito municípios restantes que compõem a RMC são responsáveis por 6,5% do PIB regional (SEADE, 2006).

Paulínia lidera o PIB regional graças a maior refinaria de petróleo do país – REPLAN, e as altas dos preços dos derivados do petróleo, embora o município de Campinas sempre tenha representado uma maior produção industrial em volume.

De acordo com dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), do IBGE (2007[b]), para o ano de 2004, o principal produto agrícola da região foi a cana-de-açúcar com 34,0% do valor da produção regional. Em seguida, a laranja (19,5%), o tomate (8,03%) e a uva com (6,9%). Em valor de produção os municípios de Santa Bárbara d'Oeste, Cosmópolis e Valinhos foram os principais produtores agrícolas em 2004. Campinas aparece na quarta posição com produção de goiaba, cana-de-açúcar e figo. Não se pode desconsiderar a importância do município de Holambra e a sua produção de flores, uma vez que o estado de São Paulo é o principal produtor nacional, com cerca de 70% do valor da produção nacional e 75% do valor da exportação brasileira. O município de Holambra se destaca no estado como o responsável por cerca de 30% do total da produção paulista de flores e plantas ornamentais em 2002 (GONÇALVES, 2005).

Os ramos da indústria com maior participação são o de fabricação e refino de petróleo, que responde por mais de um terço deste produto em todo o Estado (39,7%), e o de fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicação (32,4%). Em terceiro lugar, aparecem as indústrias de produtos têxteis, com 26,2% do total deste ramo no Estado (SEADE, 2006).

Outros dois segmentos participam, cada um deles, com mais de 13% do total do estado: fabricação de máquinas de escritório e equipamentos de informática (15,0%) e papel e celulose (12,9%). Também importantes na região são: artigos de borracha e plásticos (12,1%); produtos químicos (11,8%); e fabricação de máquinas, aparelhos e material elétrico (9,0%) (SEADE, 2006).

No setor de serviços é possível destacar os segmentos de educação formal, devido a características do pólo educacional de Campinas. Também são significativos os serviços pessoais, atividades assistenciais e coletivas, de energia, gás e água.

As indústrias com maior peso na economia regional da RMC são as de refino de petróleo, produtos químicos, as de material eletrônico e as de equipamentos de comunicação, cujas participações na estrutura de indústria da região são 24,8%, 16,1% e 10,1%, respectivamente, segundo os dados de valor adicionado da Paep (SEADE, 2006).

4. Apresentação e discussão dos resultados

4.1. Caracterização das exportações paulistas e a participação das empresas locais

Os cinco principais países de destino das exportações paulistas são Estados Unidos, Argentina, Venezuela, México e Alemanha. Considerando os períodos de 2006 e 2007, houve uma redução do volume exportado de 5,38% para os EUA, e 11,56% para o México. As exportações para os demais países tiveram aumento do volume exportado. Os citados países de destino são responsáveis pelo recebimento de 42,2% das exportações paulistas (SECEX, 2007).

Ainda a partir de análise de dados apresentados pelo MDIC (SECEX, 2007), a Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás, General Motors do Brasil Ltda., Volkswagen do Brasil Ltda., Carterpillar Brasil Ltda., representam as cinco maiores exportadoras do estado de São Paulo, sendo responsáveis por 20,72% das exportações no período de janeiro a outubro de 2007. Percebe-se, portanto, que no quadro de exportadores estão grandes empresas paulistas e não aparecem as PMEs, confirmando os preceitos de Martinelli e Joyal (2004) e Joyal (2006). Estas grandes empresas exercem pressão no mercado o que dificulta o surgimento de PMEs (Souza et al., 2003).

Os principais produtos exportados de acordo com o valor para o mesmo período foram respectivamente: outros aviões/veículos aéreos, peso menor 15.000 Kg (6,03%); açúcar de cana bruto (4,02%); outros açúcares-de-cana, beterraba, sacarose (3,31%); sucos de laranjas, congelados e não fermentados (2,82%); terminais portáteis de telefonia celular (2,69%); automóveis com motor de explosão 1500<CM3<3000AT (2,53%).

Em uma breve análise das importações nacionais, é possível constatar que dentre as cinco maiores empresas paulistas exportadoras, apenas a General Motors e Volkswagen figuram entre as maiores importadoras do estado. Na análise pelos setores de contas nacionais, o estado importou 33,54% de bens de capital, 44,09% de bens intermediários e 10,33% de bens de consumo, no período analisado. Na exportação temos 28,36% de bens de capital, 43,95% de bens intermediários e 22,0% de bens de consumo. A balança comercial paulista apresentou no período selecionado, um valor superior ao das exportações sobre as importações apenas nos bens de consumo.

4.2. Atividades econômicas locais em exportação

Dos 19 municípios da RMC, todos exportaram e importaram no período estudado. Apresenta-se a seguir dados das importações e exportações por município de janeiro a outubro de 2007. Este período permitiu a comparação dos dados com o intuito de identificar a participação das PMEs nas exportações da referida região.

Tabela 01 - Exportações e Importações da RMC por município (Jan-Out 2007, em milhões US\$ FOB)

Municípios da RMC	Exportação	Importação	Saldo
	(Jan-out 2007)		
Americana	324	339,8	-15,9
Arthur Nogueira	2,3	4	-1,7
Campinas	1078,3	1305,5	-227,2
Cosmópolis	58,3	42,5	15,9
Eng. Coelho	10,6	0,9	9,7
Holambra	15,8	6,3	9,4
Hortolândia	135,6	559,5	-423,9
Indaiatuba	488,2	442,5	45,7
Itatiba	70,6	81,6	-11
Jaguariúna	1170,6	1845,8	-675,3
Monte Mor	77,4	108,6	-31,3
Nova Odessa	87,2	46,5	40,8
Paulínia	372,5	994,3	-621,8
Pedreira	19,5	3	-16,5
Santa B. D'Oeste	60,1	66,3	-6,2
Santo A. de Posse	5,6	12,3	-6,8

Sumaré	538,8	850,6	-311,8
Valinhos	128,2	110,2	18
Vinhedo	195,3	222,8	-27,4
Total RMC	4838,9	7043	2204,1

Fonte: adaptado de SECEX (2007).

Considerando o período das exportações, os produtos exportados estão assim representados: bens intermediários (com 44,50% do total exportado), bens de capital (39,94%) e bens de consumo (14,42%).

A partir dos dados, destacam-se os municípios de Campinas e Jaguariúna que apresentam os maiores fluxos de comércio internacional. As duas cidades juntas representam quase metade do total de exportações da RMC (pouco mais de 47%). É importante ressaltar que embora Paulínia tenha o maior PIB regional, a sua produção atende primeiramente o mercado interno. Percebe-se também que o déficit do período está concentrado em Jaguariúna, Paulínia, Hortolândia e Sumaré. No ano de 2006 esses municípios apresentaram um déficit conjunto de US\$ 1,85 bilhões (RIBEIRO, 2007).

A região vem sofrendo um acréscimo preocupante em seus déficits: enquanto as exportações cresceram 4,4% as importações tiveram um aumento de 21,1%. O déficit acumulado nos dez primeiros meses de 2007 representa um aumento de 86,4%, se comparado com o mesmo período do ano passado. O déficit previsto para o ano todo era de US\$ 2 bilhões, sendo que em outubro o déficit já representava US\$ 2,2 bilhões (RIBEIRO, 2007).

Em relação a 2006, os dois maiores municípios exportadores tiveram um baixo crescimento: Jaguariúna teve uma redução de 6,5% no crescimento e Campinas 12,1%; ao passo que a importação continuou a crescer na RMC, o que caracteriza o agravamento do resultado negativo na balança. Apenas Cosmópolis, Holambra e Pedreira apresentaram crescimento do superávit em relação ao mesmo período do ano passado. Apenas sete dos dezenove municípios da RMC apresentaram superávits (Holambra, Eng. Coelho, Cosmópolis, Pedreira, Valinhos, Nova Odessa e Indaiatuba).

4.3. Principais países de destino das exportações locais

De acordo com os dados disponibilizados pela SECEX (2007), o total das exportações da região em estudo é de US\$ 4.838,9 milhões considerando-se preço FOB no período de janeiro a outubro de 2007.

Os principais destinos das exportações da RMC são, respectivamente: ALADI - exclusive Mercosul – (31,7%) ; Mercosul (28,8%); Estados Unidos (16,5%); União Européia

(9,3%) e Ásia - exclusive Oriente Médio - (2,6%). Os valores percentuais são calculados sobre o total de exportações de forma que os outros destinos correspondem a 11,1% SECEX (2007).

4.4. Contribuição das exportações para o desenvolvimento local do território

A partir do contexto histórico da RMC, percebe-se que esta região acompanha a tendência do estado de São Paulo, como uma região de elevada concentração de grandes indústrias.

A RMC apresenta em seu histórico, uma trajetória pelo setor primário da economia, principalmente oriunda das culturas de cana-de-açúcar e café as quais criaram as bases para o surgimento de outros setores industriais, o que se viu nas décadas seguintes, representadas pelo setor têxtil. A metropolização, grandes incentivos para instalação de indústrias, abundância de mão-de-obra especializada e produção tecnológica e de conhecimento de fronteira tecnológica advinda da proximidade com a Região Metropolitana de São Paulo, associada à abundante infraestrutura viária (aeroporto de Viracopos), favoreceu a formação de um micro ambiente nesta região para que se tornasse um celeiro de grandes indústrias.

Observa-se inclusive que esta região é muito desenvolvida em termos empresariais, dado que além de possuir todos os fatores atrativos para o desenvolvimento de grandes empresas, também favoreceu o surgimento de arranjos produtivos locais para a produção de produtos que requeiram maiores graus de tecnologia e complexidade de produção, o que é alcançado mediante tais aglomerações produtivas.

Dado o porte das indústrias identificadas, considerando-se a representatividade do estado de São Paulo frente a produção nacional, percebe-se que na RMC as empresas exportadoras ou participam de grandes conglomerados produtivos que fornecem componentes para os maiores exportadores de São Paulo (tais como Embraer, Petrobrás, General Motors, Volkswagen e Caterpillar) ou são elas próprias as grandes exportadoras.

Porém, como as empresas que fazem parte dos conglomerados normalmente são tidas como meros elos de uma cadeia produtiva e dado o volume exportado pela RMC, as PMEs não aparecem e também não teriam condições de aparecer frente a este cenário econômico, reforçando os postulados de Marinelli e Joyal (2004), Joyal (2006) e Souza et al. (2003). Estas então seriam empresas periféricas (tais como pequenos mercados locais, padarias, prestadores de serviços) que fornecem produtos ou serviços à massa trabalhadora da RMC ou então pequenos elos dentre o gigante sistema de produção que se observa nesta região, estando de acordo com o que afirma Smith (1983, apud Paiva, 2004).

Considerando-se que os principais produtos exportados são aviões; açúcar de cana; outros açúcares, beterraba, sacarose; suco de laranja; congelados; telefonia celular; automóveis, por si só estes produtos não são facilmente produzidos por PMEs. Quando muito, poderiam participar como meros elos da cadeia produtiva, fornecendo componentes para esta cadeia, mas não necessariamente exportando. Percebe-se, portanto, que existem grandes empresas que são as exportadoras além do fato de que, na RMC, apenas Campinas e Jaguariúna possuem a cultura exportadora.

Mesmo se observando os déficits da RMC, entende-se que a importação é necessária pois trata da aquisição de novas tecnologias e conhecimentos, necessários para que as empresas da RMC conquistem novos patamares de produção e exportação e, por conseguinte, resultados maiores em sua balança comercial. Não se pode desconsiderar também o motivo de crise internacional o que inevitavelmente retrai as exportações dos países. Portanto, no período em estudo percebe-se claramente que a RMC está em processo de investimento por meio de importações.

As grandes indústrias presentes nesta região eclipsam os resultados das PMEs no que tange ao cenário exportador e estando de acordo com os ditames de Souza et al. (2003). Porém, estudos mais detalhados podem ser destinados à análise da trajetória histórica destes grandes exportadores no sentido de identificar a participação de PMEs que usufruíram de benefícios para o desenvolvimento da RMC e hoje são grandes empresas exportadoras ou participantes dos elos de produção para a exportação desta região. Recomenda-se também identificar a existência de grandes empresas estrangeiras ou mesmo filiais de grandes grupos produtivos nacionais ou internacionais, o que estariam fora da consideração deste estudo (que trata especificamente das exportações regionais da RMC e sua contribuição ao desenvolvimento de PMEs).

4.5. Possíveis influências dos fatores logísticos nas exportações

Fica evidente a partir dos dados levantados que a malha rodoviária da RMC favoreceu o escoamento de sua produção para outras regiões. Além disso, a proximidade com a RMSP e a localização geográfica da RMC (próximo ao porto de Santos) e a disponibilidade do maior aeroporto de cargas do país facilitam também as exportações por meio da logística encontrada nesta região.

A agricultura, conhecida pelo seu volume a granel, tem à sua disposição recursos necessários e portos de escoamento, como o porto de Santos. A Rodovia dos Bandeirantes (SP 348) faz a ligação dos municípios da RMC com a RMSP. Outras cinco rodovias com pista

dupla e duas faixas de rolamento em cada sentido partem do município de Campinas. A Rodovia Anhanguera (SP 330) representa para a agricultura a via estruturadora mais desenvolvida do interior de São Paulo, além de cruzar os municípios com alta concentração industrial (como Jundiaí, Limeira, Campinas, São Carlos, Ribeirão Preto e São Joaquim da Barra). A Rodovia D. Pedro I (SP 065) liga a região ao interior do Estado, inicia em Campinas e termina na Rodovia Presidente Dutra (BR 116). A Rodovia Campinas-Mogi Mirim (SP 340) é a articulação de maior destaque entre os municípios do norte da RMC. A Rodovia Campinas–Paulínia liga os dois municípios, neste caso ligando a Replan, maior refinaria de petróleo do país. Recentemente a América Latina Logística (ALL) e a empresa belga Katoen Natie investiram em parceria R\$ 25 milhões no terminal multimodal que liga por via férrea o Porto de Santos à região de Campinas, com capacidade de transportar 110 contêineres por dia. O transporte pode ser feito em 36 horas, representando uma redução de custo em relação ao transporte rodoviário na ordem de 30%.

No mundo contemporâneo, os aeroportos permitem maiores vantagens competitivas nas relações com os mercados regional, nacional e internacional, ao fazerem parte da cadeia logística de grandes empresas e constituírem-se como verdadeiras cidades aeroportuárias onde são instalados aeroporto industrial, novas empresas e centros de negócios e serviços que geram emprego, renda e tributos tanto para o município onde está instalado o aeroporto, quanto para as cidades localizadas no seu entorno (CAPPA, 2007).

A RMC é contemplada com o Aeroporto Internacional de Viracopos. A partir de estatísticas do MDIC (SECEX, 2007), em 2003 as exportações áreas de empresas com sede em Campinas representou, no aeroporto de Guarulhos (capital paulista), 31% das cargas e, em Viracopos (Campinas), 69%. Outro fator que merece destaque seria que Viracopos foi ponto de partida para segmentos de valor agregado mais elevado como, por exemplo, telecomunicações, motores e peças, informática, autopeças e material elétrico.

Assim, o complexo modal de transportes da RMC contribui de forma determinante para as suas exportações, uma vez que outras regiões com modais menos estruturados apresentam números menos positivos em relação as suas exportações. Outro fator é a redução de custos no transporte dos produtos da RMC em virtude da variedade logística da qual a RMC desfruta e torna seus produtos mais competitivos no cenário internacional.

5. Considerações finais

Este artigo tratou da RMC, uma das mais prósperas no cenário econômico do estado de São Paulo. A teoria da base exportadora de North (1977) e da perspectiva do desenvolvimento

local por meio da redução das desigualdades e distribuição equitativa de renda e inclusão no mundo do trabalho foram as abordagens consideradas nesta pesquisa com o objetivo de caracterizar as exportações da RMC e verificar qual a participação de PMEs neste cenário exportador.

O referencial teórico indica que o empreendedorismo tem um relevante papel no desenvolvimento (Dornelas, 2001), as PMEs que exportam promovem desenvolvimento por atrair dinheiro decorrente das exportações (North, 1977; Tiebout, 1977). Porém, algumas barreiras podem se impor às PMEs e estas podem ser transpostas por meio de aglomerados produtivos pelo acesso a novos patamares de crescimento e competição proporcionados pela aglomeração produtiva (Porter, 1989; Sachs, 2001; Lastres e Cassiolato, 2000) e acesso ao mercado internacional (Scatolin et al., 2003; Nique et al., 2005; Macadar, 2006; Ferguene, 2002).

Porém, percebe-se que na região estudada, as evidências estão de acordo com a teoria de Perroux (apud Souza, 1980), que trata da concentração de investimentos em alguns pontos do espaço. A RMC teve como sustentação econômica inicial atividades oriundas do setor primário (cana-de-açúcar e café), e foram determinantes para o fortalecimento da cidade de Campinas como capital regional do estado.

A infraestrutura logística disponível na RMC, a proximidade com a RMSP (grande centro de ciência e tecnologia, mão-de-obra qualificada) e os investimentos diversos do estado para a instalação de grandes indústrias promoveram o dinamismo e crescimento desta região. A partir dos produtos exportados, foi possível perceber que estes são produzidos por grandes indústrias e a participação de PMEs nestas expressivas exportações demonstra ser ínfimo senão inexistente. Isto decorre por dois fatores: a) o volume de unidades exportadas (o que PMEs não teriam capacidade produtiva para suportar, tais como açúcar-de-cana bruto, sucos de laranja, congelados, produtos estes que normalmente são comercializados em elevados volumes); e b) a complexidade necessária à produção dos produtos exportados (tais como aviões e automóveis). Quando muito as PMEs podem participar na elaboração de componentes como elos de uma cadeia produtiva ou componentes de um aglomerado produtivo.

Em relação aos déficits encontrados no período estudado, percebe-se que a região está com sua balança comercial retraída o que responde à crise internacional e também ao fato de que as importações tratam também de aquisição de novas tecnologias, que incrementarão inovações nos processos produtivos e produtos a serem exportados posteriormente.

Portanto, percebe-se que mesmo havendo exportações, a maioria dos municípios da

RMC ainda está voltada ao mercado interno, reforçando os postulados de Martinelli e Joyal (2004), Joyal (2006) e Souza et al. (2003) e não se identificou PMEs como participantes dos volumes totais exportados. Isto não significa dizer que a RMC não seja desenvolvida. O que se constata é uma concentração de riqueza em grandes indústrias, o que contraria os postulados teóricos da abordagem do desenvolvimento local, utilizados nesta pesquisa.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARQUERO, Antonio Vazquez. **Desarrollo, redes, innovación**. Madrid: Pirámide, 1999.
- BENITEZ, Anastasia Aviles. **Gestion soutenable et proximité des ressources naturelles: le cas de l'agriculture de dehesa en Andalousie**. 2000. 362 f. Tese (Doutorado)-Formation Doctorale d'Economie Appliquée INRA-Grenoble, Université Pierre Mendès-France, Grenoble, 1994. Disponível em: <<http://www.grenoble.inra.fr/Docs/pub/Theses/AVILES.pdf%20>>. Acesso em: 14 de outubro de 2006.
- BITHAS, Kostas; CHRISTOFAKIS, M. Environmentally sustainable cities: critical review and operational conditions. **Sustainable development**, v. 14, n. 3, Dorchester: Wiley Interscience, jul./2006, p. 177-189.
- BORTOLUZZI, Eliandro Gustavo, BULLA, Adilson Luiz, ALVES, Elizandra Maria. Escritório de negócios internacionais – Unoesc Joaçaba: apoio às exportações para o desenvolvimento regional. In: Fórum de Ensino Superior do Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. **Anais do evento**. Xanxerê: Unoesc, 2003. p. 157-161.
- CABREIRA, Zaira. **Capital social como fator de sustentabilidade aos programas de desenvolvimento local, reflexões sobre uma prática: a experiência do Sebrae em Lagoa dos Três Cantos**. 2002. 120 f. Dissertação (Mestrado)-Mestrado em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. Disponível em: <http://volpi.ea.ufrgs.br/teses_e_dissertacoes/td/000845.pdf>. Acesso em: 13 de outubro de 2006.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977.
- CAPPA, Josmar. **Os aeroportos de Viracopos e São José dos Campos e as estratégias Empresariais no mercado mundial**. PESQUISA & DEBATE, SP, volume 18, número 1 (31) pp. 67-82, 2007.
- CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Nociones del desarrollo y su fundamentación teórica. Apostila (Aperfeiçoamento-Elementos básicos de gestión estratégica para el desarrollo local y regional). Instituto Latino Americano y del Caribe de Planificación Económica y Social, Santiago de Chile: 2006. Disponível em <<http://moodle.eclac.cl/mod/lesson/view.php>>. Acesso em: 11 de maio de 2006.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3. ed., São Paulo: Cortez, 1998.
- COLLIS, Jill, HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prática para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.
- COSTA, Hermani Maia. **As barreiras de São Paulo: Estudo Histórico das Barreiras Paulistas no século XIX**. São Paulo 1984. FFLCH/USP (dissertação de mestrado)
- DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- EVARD, Yves, PRAS, Bernard, ROUX, Elyette. **Market – Études et recherches en**

marketing – fondements, méthodes. 2^o ed., Paris : Nathan, 1997.

FERGUENE, Améziane. **PME, territoire et développement local: le cas des pays du sud.** In: Deuxiemes rencontres des suds sur. **Développement local et cooperation decentralisée entre régions de la méditerranée.** Marrakech, 2002. Disponível em: <http://web.upmf-grenoble.fr/pepse/ferguene/PME_Territoire_et_Developpement_local.doc>. Acesso em 14 de outubro de 2006.

GODOY, Arilda Schmidt. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de administração de empresas.** São Paulo, v. 35, n. 4, mar./abr. 1995[c].

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas.** São Paulo, v. 35, n. 2, mar./abr. 1995[a].

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas.** São Paulo, v. 35, n. 3, mar./abr. 1995[b].

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default.shtm>. Acesso em 10 de outubro de 2007[b].

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto interno bruto municipal.** Disponível em: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm. Acesso em 10 de outubro de 2007[a].

JOYAL, André. **Milieu innovateur, développement local et PME québécoises innovantes.** Disponível em: <<http://neumann.hec.ca/airepme/pdf/1996/R%20Joyal.pdf>>. Acesso em 14 de outubro de 2006.

LASTRES, Helena Maria Martins, CASSIOLATO, José Eduardo. **From clusters to innovation systems: cases from Brazil.** In: Second Annual Global Development Network Conference. **Beyond economics: multidisciplinary approaches to development.** Tokyo, 2000. Disponível em: <http://www.gdnet.org/pdf/926_Lastres_rev.doc>. Acesso em 14 de outubro de 2006.

MACADAR, Beky Moron de. **A efetividade de construtos de marketing de relacionamento nas interações dos atores envolvidos no arranjo produtivo local moveleiro de Bento Gonçalves (RS).** 2006. 247 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

MACIEL, Maria Lucia. **O milagre italiano: caos, crise e criatividade.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

MAPA da Região Metropolitana de Campinas. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=8047>. Acesso em 11 de outubro de 2007.

MARTINELLI, Dante Pinheiro, JOYAL, André. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas.** Barueri: Manole, 2004.

MINAYO, Maria C. S. et al. **Pesquisa social.** Petrópolis: Vozes, 1994.

NIQUE, Walter, JUCHEM, Dionise Magna, TOMASI, Abel Elias. Dificuldades encontradas pelas empresas da microrregião de Passo Fundo para realizarem um processo de exportação. In: 3ème Colloque de l'Institut Franco-Brésilien d'Administration des Entreprises. **Gestion internationale et pays émergents.** Grenoble: IFBAE, 2005 (Cd-rom).

NORTH, Douglas. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org.). **Economia regional: textos escolhidos.** Belo Horizonte: Cedepiar, 1977.

OLIVEIRA, V. B. M. **Mudanças Institucionais e seus Impactos na Província de São Paulo: A Economia Paulista ante a Centralização do Império brasileiro. 1835 – 1950.** Almanaque Braziliense, maio 2007.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. **Como identificar e mobilizar o potencial de**

- desenvolvimento endógeno de uma região?** Porto Alegre: FEE, 2004.
- PATTON, Michael Quinn. **Qualitative research and evaluation methods**. 3rd. ed., Thousand Oaks: Sage Publications Inc., 2001.
- PIVARO, Hilda. **O Processo de Recuperação da Economia Paulista (1765 – 1850)**. 1985 . 3 vols. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. São Paulo, 1985. p. 99.
- PORTER, Michael. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- REGIÃO Metropolitana de Campinas. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SaoPaulo_RM_Campinas.svg. Acesso em 11 de outubro de 2007.
- RIBEIRO, Adauto Roberto. **Boletim econômico da PUC-Campinas**. Comércio Exterior. Nupex – Puc.Campinas SP.maio – junho 2007.
- RICCI, Fabio. A economia Cafeeira e as Bases do desenvolvimento no vale do Paraíba paulista. **Revista de História Econômica & Economia regional aplicada**. Vol 1. N 1. Janeiro 2006.
- SACHS, Ignacy. O papel da micro e pequena empresa no desenvolvimento regional. In: SIEBERT, Claudia (org.). **Desenvolvimento regional em Santa Catarina**. Blumenau: Edifurb, 2001.
- SAES, Flavio et al. **A Indústria Paulista da Crise de 1929 ao Plano de Metas**. Anpec, encontro 2006.
- SCATOLIN, Fábio, MEIRELLES, José Gabriel, CURADO, Marcelo Luiz, DE PAULA, Nilson. Arranjos produtivos e a dinâmica do comércio internacional. In: LASTRES, Helena Maria Martin, CASSIOLATO, José Eduardo, MACIEL, Maria Lucia (orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003. p. 137-152.
- SEADE, Secretaria de Economia e Planejamento. **Estrutura econômica da Região Metropolitana de Campinas**. Relatório. São Paulo, maio 2006.
- SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **As micro e pequenas empresas na exportação brasileira – Brasil e estados 1998-2004**. São Paulo: Observatório SEBRAE, 2005.
- SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Onde estão as micro e pequenas empresas em São Paulo**. São Paulo: SEBRAE, 2006.
- SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Desempenho e potencial exportador das micro e pequenas empresas paulistas**. São Paulo: SEBRAE, 1998.
- SECEX. Secretaria de Comércio Exterior. **Estatísticas e indicadores: Balança comercial brasileira por município**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Brasília, 2007. Disponível em <http://www.portaldoexportador.gov.br/index.asp?Principal=indicadores_brasil.asp&Esquerda=indicadores>. Acesso em 18 de novembro de 2007.
- SECEX. Secretaria de Comércio Exterior. **Estatísticas e indicadores: Balança comercial brasileira por município**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Brasília, 2007. Disponível em <http://www.portaldoexportador.gov.br/index.asp?Principal=indicadores_brasil.asp&Esquerda=indicadores>. Acesso em 18 de novembro de 2007.
- SEMEGHINI, Ulysses C. **Do café à indústria: uma cidade e seu tempo**. Campinas, Editora da Unicamp, 1991.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed., São Paulo: Cortez, 2002.
- SOUZA, Maria Carolina de, GORAYEB, Daniela, MIGLINO, Maria Augusta, CARVALHO, Flávia Pereira de. Perspectivas para uma atuação competitiva das pequenas empresas, no contexto econômico atual. In: LASTRES, Helena Maria Martin, CASSIOLATO, José

- Eduardo, MACIEL, Maria Lucia (orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003. p. 225-242.
- SOUZA, Nali de J. **Conceito e aplicação da teoria da base econômica**. Perspectiva Econômica. São Leopoldo: Unisinos, v.10, n.25, p.117-130, mar.1980.
- SOUZA, Nali de J. **Vantagens comparativas, abertura comercial e crescimento da produção e do emprego dos Estados brasileiros, 1991/1998**. Porto Alegre: NEP/PUCRS, Texto para Discussão n. 21, 2002.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 1999.
- SPEROTTO, Leandro Tiago. **O Desenvolvimento Econômico da Região Noroeste do RS**. 2003. 205 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. 205 p.
- TIEBOUT, Charles. As exportações e o crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.
- TURNES, Valério et al. **Projeto Meu Lugar: transformar regiões administrativas em territórios de desenvolvimento**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.
- YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.
- ZAPATA, Tania, et al. **Desenvolvimento local: trajetórias e desafios**. Recife: IADH, 2005.
- ZAPATA, Tania, et al. **Gestão participativa para o desenvolvimento local**. Recife: PNUD/BNDES, 2000.